

Senhor Presidente,

Cumprimentando, sirvo-me do presente, para expor e apresentar a Vossa Excelência o seguinte:

Como é do conhecimento de Vossa Excelência a magnitude e abrangência dos direitos da criança e do adolescente, pautados no art. 227 da Carta Magna e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como normas disciplinadoras da teoria da proteção integral, prevê um reordenamento político e institucional para a criação de um sistema de garantias no afã de resguardar os direitos infanto-juvenis.

Desse modo, exsurge a necessidade de conferir maior agilidade aos projetos de responsabilidade social já desenvolvidos por este Poder Judiciário, especialmente a Casa da Criança, por meio da formulação de políticas e atividades de suporte às crianças e adolescentes em situação de risco ou em processo de adoção.

Ainda sobre este tema, cumpre ressaltar a necessidade de se dar maior ênfase nas políticas sociais básicas a fim de promover o reordenamento institucional, provendo um conjunto de serviços, por meio de ações de promoção e defesa de seus direitos, de efetivo atendimento às crianças em situação de risco, com o futuro comprometido, em especial aquelas com idade entre 0 e 3 anos, que estão sob a tutela da Justiça, necessitando de amparo imediato para fins de uma futura adoção.

Isto posto, proponho a criação da Coordenadoria para Assuntos Infanto-Juvenis, Simbologia CDAS-2, que passará a coordenar o projeto Casa da Criança e a Creche Judith Pacheco, bem como, entre outras atividades, auxiliar na localização e busca de crianças desaparecidas.

Ressalte-se, ainda, a necessidade de serem criadas funções gratificadas para as supervisoras da Casa da Criança e da Creche, bem como para o Secretário da Coordenadoria, e cargos efetivos de Analista Judiciário – Direito, Assistente Social, Psicólogo, Nutricionista e Pedagogo para o pleno desenvolvimento das atividades.

Na certeza de contar com o apoio de V. Exa. valho-me do ensejo para expressar-lhe meus votos de estima e consideração.


Desa. Cleonice Silva Freire

PROJETO DE LEI

Cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário:

- I – um cargo em comissão, símbolo CDAS-2;
- II – cinco cargos efetivos de Analista Judiciário;
- III – cinco cargos efetivos de Técnico Judiciário;
- IV – cinco cargos de Auxiliar Judiciário; e
- V – três funções gratificadas, símbolo FG-02.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.